

13/01/2026



003

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

PRESIDENTE LULA SANCIONA LEI QUE DESCONGELA TEMPO DE SERVIÇO DA PANDEMIA

A nova lei tem origem no PLP 143/2020, de autoria da então deputada federal Dorinha Seabra, hoje exercendo mandato de senadora

Tempo de serviço que deixou de ser computado para todos os servidores públicos do país, durante a pandemia, voltará a ser contado para fins de vantagens, quinquênios, sexta parte e licença prêmio.

A lei não garante o pagamento de retroativos que essa contagem eventualmente possa gerar. Esse pagamento dependerá de legislação estadual

Secretaria de Comunicação

O presidente Lula sancionou, na segunda-feira, 12 de janeiro, a Lei Complementar 226/2026, que permite a contagem do tempo de serviço dos servidores públicos relativo aos anos de 2020-2021 – que havia sido impedida por meio da LC 173/2020 – e autoriza – mas não obriga – os entes federados a realizar pagamentos retroativos de quinquênio, sexta parte, licença-prêmio e demais vantagens equivalentes. O projeto original é o PLP 143/2020, da então deputada Dorinha Seabra, hoje exercendo mandato de senadora.

Recordemos que a então presidenta da APEOESP, atual segunda presidenta do sindicato e deputada estadual, entregou ao presidente Lula em março de 2023 uma carta na qual solicitava, em nome da categoria, o descongelamento.

Do ponto de vista prático, aquele tempo de serviço passa a ser contado para todas as vantagens, sem que essa contagem gere direitos a pagamentos retroativos, ou seja, se você, professor ou professora, está na dependência da contagem deste tempo para fazer jus aos benefícios já apontados, poderá agora concretizar este direito.

Pagamento de retroativos

Em relação ao pagamento de retroativos, a lei permite que o ente federado possa fazê-lo, desde que edite lei específica nesse sentido, ou seja, os entes federados não estão obrigados a fazê-lo e, portanto, é uma luta que desenvolveremos no Estado de São Paulo, para que o governo de Tarcísio de Freitas pague os devidos retroativos.